

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2015

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

MORADA Praça Exército Libertador

N. 53 **ANDAR** **LOCALIDADE** Carvalhido

FREGUESIA Ramalde

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4250-205

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA _____, _____

_____, _____

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 500886024

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	5	11 613,22	3 604,43	
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	
Propriedades de investimento		0,00	0,00	
Activos intangíveis	6	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	12.1	71,59	8,56	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
		11 684,81	3 612,99	
Activo corrente				
Inventários	7	52,58	51,72	
Clientes e Utentes		0,00	0,00	
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	
Estado e outros entes públicos	12.7	9 573,63	429,99	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Outras contas a receber		0,00	0,00	
Diferimentos	12.2	87 321,26	5 207,02	
Outros activos financeiros	12.3	676,26	3 381,30	
Caixa e depósitos bancários	12.4	81 788,54	180 726,66	
		179 412,27	189 796,69	
Total do activo				
		191 097,08	193 409,68	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	12.5	3 811,21	3 811,21	
Excedentes técnicos		0,00	0,00	
Reservas		0,00	0,00	
Resultados transitados	12.5	151 272,86	130 761,86	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	
		155 084,07	134 573,07	
Resultado líquido do período		-6 820,59	20 511,00	
Total do fundo de capital				
		148 263,48	155 084,07	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	
Provisões específicas		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Outras contas a pagar		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	12.6	66,08	186,96	
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00	
Estado e outros entes públicos	12.7	5 253,62	5 737,52	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Diferimentos	12.2	556,40	737,44	
Outras contas a pagar	12.8	36 957,50	31 663,69	
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	
		42 833,60	38 325,61	
Total do passivo				
		42 833,60	38 325,61	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo				
		191 097,08	193 409,68	

A Direção

O Responsável

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 500886024

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	42.678,99	45.156,15
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.9	268.658,97	275.282,98
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	13.529,09	15.409,72
Fornecimentos e serviços externos	12.10	71.726,89	62.762,90
Gastos com o pessoal	10	227.083,22	223.593,77
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.11	-2.705,04	0,00
Outros rendimentos e ganhos	8/12.12	4.144,26	5.693,45
Outros gastos e perdas	12.13	5.117,94	3.247,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		-4.679,96	21.118,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	2.140,61	607,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.820,57	20.511,00
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.14	0,02	0,00
Resultados antes de impostos		-6.820,59	20.511,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-6.820,59	20.511,00

A Direção

O Responsável

Entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 500886024

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-Escolar	Centro Convívio	PERÍODOS	
					2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	10 311,15	32 367,84	0,00	42 678,99	45 156,15
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10/12.10	65 925,24	198 278,68	3 877,59	268 081,51	265 322,64
Resultado Bruto		-55 614,09	-165 910,84	-3 877,59	-225 402,52	-220 166,49
Outros Rendimentos	9/12.9/12.12	71 265,56	169 382,29	32 155,38	272 803,23	280 976,43
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5/6/12.10	7 120,82	21 907,66	17 369,82	46 398,30	37 050,98
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	12.11/12.13	1 707,73	5 070,77	1 044,48	7 822,98	3 247,96
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		6 822,92	-23 506,98	9 863,49	-6 820,57	20 511,00
Gastos de financiamento (líquidos)	12.14	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00
Resultado antes de impostos		6 822,92	-23 507,00	9 863,49	-6 820,59	20 511,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		6 822,92	-23 507,00	9 863,49	-6 820,59	20 511,00

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		42 497,95	45 030,34
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		163 965,93	66 878,32
Pagamentos ao pessoal		142 625,80	140 683,40
Caixa gerada pelas operações		-264 093,78	-162 531,38
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		154 133,88	204 224,81
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-109 959,90	41 693,43
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	4 598,97
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		3 624,41	3 083,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
		3 624,41	-1 515,05
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		7 445,39	11 284,91
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		48,02	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
		7 397,37	11 284,91
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-98 938,12	51 463,29
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		180 726,66	129 263,37
		81 788,54	180 726,66

A Direção

O Responsável

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

Anexo

Demonstrações Financeiras

2015

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6	Ativos Intangíveis	10
7	Inventários	11
8	Rédito	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
10	Benefícios dos empregados	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
12	Outras Informações.....	12
12.1	Investimentos Financeiros	12
12.2	Diferimentos	13
12.3	Outros Ativos Financeiros	13
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	13
12.5	Fundos Patrimoniais.....	13
12.6	Fornecedores	14
12.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
12.8	Outras Contas a Pagar.....	14
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	14
12.10	Fornecimentos e serviços externos.....	15
12.11	Aumentos /reduções justo valor.....	15
12.12	Outros rendimentos e ganhos	15
12.13	Outros gastos e perdas	15
12.14	Resultados Financeiros.....	16
12.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº76 de 1 de Abril de 1957, com sede na Praça Exército Libertador, n.º 53 Porto.

Tem como objetivos contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as Instituições Privadas, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito em toda a Entidade e ao longo do tempo de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Edifícios e Outras Construções	1.177,16	0,00	0,00	0,00	1.177,16
Equipamento Básico	71.917,70	10.149,40	0,00	0,00	82.067,10
Equipamento Administrativo	15.440,60	0,00	0,00	0,00	15.440,60
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.885,11	0,00	0,00	0,00	1.885,11
Ativo Tangível Bruto	90.420,57	10.149,40	0,00	0,00	100.569,97
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	1.177,16	0,00	0,00	0,00	1.177,16
Equipamento Básico	68.445,89	2.140,61	0,00	0,00	70.586,50
Equipamento Administrativo	15.307,98	0,00	0,00	0,00	15.307,98
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.885,11	0,00	0,00	0,00	1.885,11
Depreciações Acumuladas	86.816,14	2.140,61	0,00	0,00	88.956,75
Ativo Tangível Líquido	3.604,43	8.008,79	0,00	0,00	11.613,22

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Programas de computador	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
Ativo Intangível Bruto	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
Depreciações Acumuladas	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52,58	51,72
Total	52,58	51,72

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2015	2014
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	51,72	74,42
Compras	2.752,14	2.692,19
Doações	10.777,81	12.694,83
Saldo Final	52,58	51,72
Gastos do Período	13.529,09	15.409,72

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Prestação de Serviços	42.678,99	45.156,15
Quotas de utilizadores	42.678,99	45.156,15
Outros Réditos	3.624,41	3.083,92
Juros e rendimentos aplicações financeiras	3.624,41	3.083,92
Total	46.303,40	48.240,07

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2015				2014		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	0,00	249.648,77	0,00	0,00	251.192,76
Total		0,00	0,00	249.648,77	0,00	0,00	251.192,76

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram de “8”. De um período para outro não se verificou a alteração de qualquer membro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de “16” e em 31/12/2015 foi de “15”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	183.707,65	183.064,36
Indemnizações	182,64	0,00
Encargos sobre as Remunerações	39.651,13	38.767,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.982,30	1.437,12
Outros Gastos com o Pessoal	559,50	325,00
Total	227.083,22	223.593,77

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	71,59	8,56
Total	71,59	8,56

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	881,36	1.194,09
Rendas Antecipadas	1.400,00	1.400,00
Obras Remodelação	85.039,90	1.840,85
Outros Serviços	0,00	772,08
Total	87.321,26	5.207,02
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades Creche	79,00	177,94
Mensalidades JI	477,40	559,50
Total	556,40	737,44

12.3 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Banif - Títulos	676,26	3.381,30
Total	676,26	3.381,30

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	5,52	360,53
Depósitos à Ordem	15.783,02	30.688,21
Depósitos a Prazo	66.000,00	149.677,92
Total	81.788,54	180.726,66

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.811,21	0,00	0,00	3.811,21
Resultados Transitados	130.761,86	20.511,00	0,00	151.272,86
Total	134.573,07	20.511,00	0,00	155.084,07

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	66,08	186,96
Total	66,08	186,96

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.573,63	429,99
Total	9.573,63	429,99
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	1.296,00	1.579,00
Segurança Social	3.946,16	4.153,47
Fundo Compensação do Trabalho	11,46	5,05
Total	5.253,62	5.737,52

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações com pessoal	0,00	111,88	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	36.845,62	0,00	31.663,69
Total	0,00	36.957,50	0,00	31.663,69

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	249.648,77	251.192,76
Doações e heranças	19.010,20	24.090,22
Total	268.658,97	275.282,98

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos – refeições	27.469,20	26.319,15
Serviços especializados	14.376,86	7.800,21
Materiais	1.762,36	1.620,98
Energia e fluídos	6.329,34	5.659,22
Deslocações, estadas e transportes	81,85	41,75
Serviços diversos	20.619,88	21.239,98
Encargos com Utentes	1.087,40	81,61
Total	71.726,89	62.762,90

12.11 Aumentos /reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2015 e 2014, ganhos e perdas de “justo valor” nas seguintes rubricas:

Descrição	2015	2014
Em instrumentos financeiros		
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Perdas por reduções de justo valor	2.705,04	0,00
Total	-2.705,04	0,00

12.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Outros Rendimentos e Ganhos	519,85	2.609,53
Outros	519,85	2.609,53
Juros e rendimentos similares	3.624,41	3.083,92
Juros obtidos	3.624,41	3.083,92
Total	4.144,26	5.693,45

12.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	162,11	0,00
Outros	4.955,83	3.247,96
Total	5.117,94	3.247,96

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,02	0,00
Total	0,02	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.624,41	3.083,92
Total	3.624,41	3.083,92
Resultados Financeiros	3.624,39	3.083,92

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2015

O Contabilista Certificado

A Direção